

O LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÕES EM EDUCAÇÃO, AMBIENTE E SOCIEDADE – LIEAS/FE/UFRJ: BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO ¹

Carlos Frederico B. Loureiro ²

Resumo: O Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS) é um grupo intra e interinstitucional criado em 2004 e que tem por objetivo potencializar e promover ações de ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental, em uma perspectiva assumidamente crítica e transformadora. Neste artigo, apresentamos o histórico de formação do grupo, suas motivações, interesses, finalidades, composição e atuação, descrevendo, ao final, as linhas de pesquisa que o estruturam. Com isso, pretendemos propiciar ao leitor um primeiro contato com o LIEAS e estimular o diálogo com outros grupos e pesquisadores interessados no trabalho realizado.

Palavras-chave: LIEAS – histórico – opção teórica e política.

Abstract – The Education, Environment and Society Research Laboratory (LIEAS) is an intra/interinstitutional group created in 2004 which aims to enhance and promote teaching, research and extension actions in environmental education by adopting a deep critical and transforming approach. This paper presents a description of how the LIEAS was formed, including its motivations, interests, purposes, composition and areas of action, as well as the lines of research that structure it. Thus, we intend to provide the reader with a first contact with the LIEAS and stimulate the dialogue with other groups and researchers possibly interested in the work being done.

Keywords: LIEAS – presentation – theoretical and political approach

Introdução

Em aproximadamente três décadas de existência no meio acadêmico brasileiro, ocupando espaços crescentes em diferentes ciências, é fato que a

¹ Todos os integrantes do LIEAS participaram da elaboração deste texto.

² Coordenador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS)

educação ambiental ainda é pouco conhecida, naquilo que se refere aos seus agentes promotores organizados em grupos de pesquisa, estudos e extensão, e respectivos objetivos, perspectivas teóricas e interlocuções institucionais. Neste sentido, a iniciativa dos integrantes do GT22 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, sob a liderança da atual coordenação, de promover um momento de diálogo (ocorrido no encontro de 2010 em Caxambu) e a divulgação de informações básicas dos referidos grupos que participam das reuniões anuais da associação, é, sem dúvida, algo importante. Esta pode contribuir não só para suprir a lacuna relativa à reduzida divulgação dos mesmos junto a educadores e educadoras ambientais, mas também para estimular que se faça a sistematização das características principais de cada grupo e para a compreensão das forças sociais oriundas do meio acadêmico que também dão materialidade e dinâmica ao campo.

Neste artigo, de modo essencialmente descritivo e sintético, pretendemos apresentar o Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade – LIEAS, sediado na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FE/UFRJ), e coordenado desde sua fundação pelo professor Carlos Frederico B. Loureiro. Para isso, partiremos de breve histórico e exposição inicial de seus objetivos, composição e atividades, para em seguida detalhar cada linha de pesquisa e a opção teórica assumida pelo grupo.

Histórico

Apesar de, formalmente, o LIEAS ser um grupo de pesquisa com sete anos de existência junto à FE/UFRJ, sua história começa de modo efetivo no ano de 1990 e remonta à criação de um dos primeiros grupos de pesquisa em educação ambiental do Brasil – o Grupo de Estudos em Educação Ambiental – GEA/UFRJ, que foi reconhecido como grupo de referência pelo INEP em 1995.

Sob a liderança da Profa. Denise C. H. D’El-Rey, o GEA/UFRJ se constituiu em um marco da educação ambiental no Rio de Janeiro, em função não só da excelência acadêmica alcançada, formando inúmeros mestres, mas também por ter se formado com base em um amplo diálogo com professores da Faculdade de Educação da UFRJ e de algumas outras instituições de ensino superior (UNI-RIO, PUC-Rio, UERJ e UFF), alunos de programas de pós-graduação em educação da UFRJ e da PUC-Rio, professores da rede pública, ONGs ambientalistas e movimentos sociais, que participavam ativamente de suas reuniões e na promoção coletiva de inúmeras iniciativas.

É inclusive nesta dinâmica, bastante peculiar para a época e ainda pouco comum no meio acadêmico, que foram elaborados e organizados, por exemplo, os primeiros encontros de educação ambiental do estado do Rio de Janeiro (o I Encontro foi realizado em 1991 e o II Encontro em 1992, sendo os seguintes promovidos por outras instituições, contando com a participação direta ou

indireta do GEA/UFRJ) e as reuniões que iriam levar posteriormente à criação da Rede de Educação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (REARJ).

É também em seu âmbito que alguns nomes conhecidos no cenário nacional se formam e ganham projeção: Carlos Frederico B. Loureiro, Philippe P. Layrargues, Ronaldo Souza de Castro, Roberto Leher, Maria de Lourdes Spazziani, entre outros.

Por motivos variados, destacadamente o afastamento de seus principais integrantes para doutoramento, o grupo sofreu forte ruptura em 1997, ficando sob a responsabilidade de outros professores recém-ingressos no FE/UFRJ e com pouco tempo de atuação especificamente na educação ambiental.

Entre 1997 e 2003, individualmente, os antigos fundadores do GEA mantiveram suas atividades vinculadas à educação ambiental ou pelo menos à “questão ambiental” e à discussão de seus condicionantes sociais, em graus evidentemente diferenciados de atuação na vida política e acadêmica. Esse tipo de inserção e trajetória mais pessoal do que institucional, algo que, deve ser dito, é bastante comum na educação ambiental, foi significativa e trouxe contribuições internas e externas à UFRJ.

Contudo, mesmo admitindo os avanços feitos, quando estes se encontravam para pensar a situação, admitiam que tal postura (única vista como possível diante das condições objetivas da universidade naquele momento) gerava dificuldades de aglutinação de pessoas e instituições interessadas em realizar pesquisas, atividades de ensino e projetos de extensão em educação ambiental. Mais do que isso, dificultava a consolidação de espaços de debates de idéias, explicitação de posições divergentes e antagônicas e afirmação de um posicionamento teórico e político de um grupo expressivo de pessoas que possuem afinidades e penetração em vários estados e nos mais variados setores da sociedade, particularmente universidades, instituições públicas e movimentos sociais.

Em março de 2004, diante de um contexto político-administrativo favorável, três professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/FE/UFRJ), oriundos do momento de criação do GEA/UFRJ (Carlos Frederico B. Loureiro, Roberto Leher e Ronaldo Castro) e com preocupações acadêmicas similares, resolveram fundar um novo grupo, visando resgatar esta história iniciada em 1990 e contribuir para o aprofundamento das práticas e reflexões em educação ambiental. Nesse momento nasce o LIEAS.

Apresentação Institucional do LIEAS

O Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS-FE/UFRJ) foi criado em março de 2004, sendo registrado no diretório de pesquisas do CNPq em março de 2006, após dois anos de intensos trabalhos e consolidação de uma identidade e formato de funcionamento.

Constitui-se em um espaço intra e interinstitucional de pesquisa e estudos que tem por objetivos a:

- Produção do conhecimento na relação entre educação, ambiente e sociedade;
- Articulação com outros grupos institucionais na promoção do debate acadêmico e de intervenção nas políticas públicas relativas à Educação Ambiental;
- Promoção de parcerias com órgãos públicos e instituições de ensino na realização de projetos, pesquisas e cursos;
- Publicação de artigos, livros e outros materiais que favoreçam a produção e socialização do conhecimento produzido.

O grupo, em março de 2010, contava com 57 participantes que possuíam as seguintes filiações institucionais: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade de Brasília (UnB); Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG); Museu da Vida da Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ); Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Colégio Pedro II; Colégio de Aplicação da UFRJ (CAp/UFRJ); Instituto Chico Mendes (ICMBio); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA); Instituto Estadual do Ambiente (INEA); Secretaria do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (SEA/RJ); rede municipal de educação de Angra dos Reis, de Teresópolis e da cidade do Rio de Janeiro, entre outras.

Cabe destacar, com essas informações, que o grupo se configura com base em laços firmes com instituições públicas e pessoas com inserção no mundo do trabalho. O que já fornece a este algumas características marcantes que afetam sua dinâmica de estudos e atuação e que garantem a explicitação prática de um posicionamento favorável ao caráter público, crítico e transformador da educação ambiental.

Além dos integrantes com vinculação institucional pública – docentes, ex-orientandos ou atuais orientandos, outros nove membros participam ativamente na condição exclusiva de alunos de pós-graduação e de iniciação científica.

Do conjunto total, dez encontram-se em doutoramento, doze realizando o mestrado e dois na condição de pesquisadores de iniciação científica (sendo um bolsista PIBIC).

Em exatos sete anos de existência, sete de seus integrantes obtiveram o título de doutor e vinte de mestre (alguns destes já não estão envolvidos com o LIEAS, em função de suas atribuições profissionais). Todos foram diplomados pelos programas de pós-graduação em educação da UFRJ e da UFF, pelo programa de pós-graduação em psicossociologia de comunidades e ecologia social da UFRJ ou pelo programa de pós-graduação em educação ambiental da FURG.

Além da afinidade originada com o interesse pela educação ambiental, o grupo define como eixo teórico estruturante a tradição crítica marxista, em

diálogo com autores da teoria da complexidade, entre outras teorias, conforme o interesse de cada pesquisador, contudo, sempre buscando garantir a coerência epistemológica necessária. É, portanto, um grupo de pesquisa politicamente e epistemologicamente posicionado, assumindo como sua finalidade maior a defesa dos interesses públicos e das lutas sociais com vistas à transformação societária.

Portanto, no que diz respeito à perspectiva de educação ambiental adotada, o LIEAS assume aquela que se define nas discussões do campo como: *crítica* (posto que parte do profundo questionamento às condicionantes sociais que geram problemas e conflitos socioambientais), *emancipatória* (uma vez que visa a autonomia e liberdade dos agentes sociais frente às relações de expropriação, opressão e dominação estruturais do capitalismo) e *transformadora* (por visar a mais radical transformação do padrão societário dominante, no qual se definem a situação de degradação intensiva da natureza, e em seu interior, da condição humana, por meio do simultâneo movimento de transformação subjetiva e das condições objetivas).

Em termos de funcionamento, o grupo tem por rotina a realização de reunião quinzenal de estudos (tendo por foco temas e conceitos marxistas de interesse comum), apresentação do andamento das pesquisas e deliberações. Além disso, realiza momentos específicos de orientação, reuniões setoriais (em função da proximidade dos objetos de pesquisa) e promove algumas atividades que podem ser caracterizadas como sendo de extensão.

Apesar de inúmeros pedidos para as reuniões periódicas serem abertas a quem desejar, isto não foi possível de atender, uma vez que o grupo já possui em seus quadros um elevado número de integrantes, inviabilizando operacionalmente alguma dinâmica de encontro regular sem limitar aos participantes efetivos.

Dentre as ações de extensão realizadas até o momento destacamos:

- I Colóquio de Educação Ambiental – Educação Ambiental e Movimentos Sociais – 2006
- II Colóquio de Educação Ambiental – Educação Ambiental no ensino Formal – 2007
- Ciclo de Debates – Aquecimento Global – 2008
- Ciclo de Debates – Agronegócio X Uso coletivo da terra – 2008
- Curso de Extensão para trabalhadores da educação – promovido com o SEPE - *A educação diante dos desafios impostos pela atual crise socioambiental* – 40h – 2007
- Participação no Projeto Pólen – desde 2006

Linhas de Pesquisa

O LIEAS está organizado em quatro linhas de pesquisa. Estas servem para direcionar melhor o trabalho acadêmico, mas não impedem o diálogo e o

estímulo a projetos que atuam em suas interfaces. É o caso, por exemplo, de projeto que resultou em tese de doutorado, voltado para a colaboração museu-escola. Este, que reúne aspectos da educação ambiental formal e da não-formal, e que, portanto, não se enquadra em nenhuma linha específica, dialoga com algumas, buscando contribuir para a construção de metodologias de trabalhos cooperativos, tal como formulado em Marx, que sejam capazes de ampliar os efeitos sociais produzidos por diferentes instituições educativas em prol de projetos político-pedagógicos que favoreçam o cultivo de uma cultura de cunho emancipatório.

O mesmo vale para pesquisas voltadas estritamente para a compreensão da dinâmica dos conflitos ambientais em determinadas situações, envolvendo conteúdos das linhas focalizadas em gestão pública, movimentos sociais e modelos de desenvolvimento.

As linhas de pesquisa que orientam as pesquisas são:

Educação Ambiental na gestão ambiental pública (licenciamento e unidades de conservação)

As pesquisas desenvolvidas nesta linha partem de um pressuposto comum: que a distribuição de recursos, bens e serviços naturais na sociedade se dá de forma assimétrica e que os grupos sociais possuem diferentes capacidades de acesso e intervenção nos espaços de discussão. Esta dinâmica contraditória e desigual em uma sociedade de classes é mediada pelo Estado, definindo e redefinindo, na prática, as formas de uso do território e seus recursos, assim como a distribuição dos custos e benefícios dos diferentes agentes sociais.

É com base nisso que são problematizados o papel da educação ambiental no fortalecimento dos diferentes sujeitos. Especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioambiental, de modo a intervirem nos espaços públicos existentes e, assim, participar ativamente da tomada de decisão nos processos que instituem os mecanismos de apropriação e uso da natureza no âmbito da gestão ambiental pública. Ou seja, aqui a educação ambiental atua na reversão de processos desiguais de apropriação da natureza, no fortalecimento da organização e mobilização social, na intervenção em políticas públicas e na transformação da realidade ambiental. E isso se dá tanto por força de exigências decorrentes da aplicação dos instrumentos da gestão pública quanto na apropriação destes pelos agentes sociais.

Dentre as pesquisas realizadas pelos membros do grupo podemos destacar a compreensão do papel do Estado e grupos sociais na constituição e implementação de áreas protegidas, especialmente unidades de conservação; a dinamização de espaços públicos como conselhos gestores de unidades de conservação, audiências públicas e projetos de educação ambiental no contexto de licenciamento ambiental; conflitos envolvidos no uso público de UCs e empreendimentos; e análise das políticas públicas relacionadas a estes diferentes campos de atuação. Para isso, alguns conceitos são centrais para a linha, entre os quais se destacam: participação, controle social, campo, potencialidade,

problema, conflito, classe, territorialidade, espaço público, gestão ambiental pública, crise, racismo e justiça ambiental. Alguns dos autores mais utilizados são: Henri Acselrad, José Quintas, Hector Alimonda, Antônio Carlos Diegues, Aníbal Quijano, Guillermo Foladori, Daniel Bensaid, Antonio Gramsci, Elmar Altwater, James O'Connor, Gyorg Lukács.

Estes auxiliam na compreensão dos processos de gestão que envolvem usos diferenciados do espaço público, as disputas que aí ocorrem e seus efeitos na conformação do Estado.

Educação Ambiental e Movimentos Sociais

As últimas três décadas testemunharam a estruturação de inúmeros movimentos e organizações sociais no Brasil, em face do contexto social e político engendrado pela substituição da ditadura empresarial-militar pelo regime democrático. Neste mesmo período, efetivaram-se as condições estabelecidas no Consenso de Washington, que lograram intensificar a integração dependente dos mercados latino americanos à chamada globalização. De fato, teve início um estágio das relações capitalistas, conhecido como neoliberalismo, revigorando o capitalismo monopolista e expandindo a exploração e a expropriação dos trabalhadores e dos bens naturais a níveis historicamente dramáticos. No Brasil, os direitos sociais amargaram inúmeros retrocessos, a despeito dos avanços da Constituição de 1988. As lutas sociais que deveriam seguir para garantir tais avanços foram e são, ora inviabilizadas ou reprimidas, por diversos mecanismos econômicos, políticos e ideológicos, ora anestesiadas ou silenciadas em nome dos interesses das classes dominantes.

Estes elementos de análise não podem ser ignorados quando nos propomos investigar as relações entre educação ambiental e movimentos sociais, pois a fim de explicitarmos e entendermos as mediações aí presentes, torna-se imperioso o exame das contradições entre capital e trabalho e sua centralidade na materialização das relações sociedade-natureza. Formulações teóricas de autores e autoras como Ana Esther Ceceña, Edgardo Lander, Raúl Zibechi, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Michael Löwy, Pablo Casanova, John Bellamy Foster, Ellen Meiksins Wood, Perry Anderson e István Mészáros nos orientam neste sentido.

Na América Latina, os movimentos indígenas, de camponeses, de trabalhadores sem terra, dentre muitos outros, evidenciam a materialidade radical das lutas e expõem as veias abertas pelo capital. As lutas e as resistências organizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras comportam em seu movimento construções epistemológicas e metodológicas revitalizadoras para a educação tomada em seu sentido mais amplo. À educação ambiental cabe reconhecer e sistematizar os conhecimentos produzidos a partir e dentro destas lutas; examinar os limites, tensionamentos e possibilidades destas se constituírem enquanto ações emancipatórias na atua realidade socioambiental, objetivando

torná-los úteis na sustentabilidade de relações sociedade-natureza que se situem *para além do capital*.

Mediações entre Modelos de Desenvolvimento e Políticas Públicas

As discussões sobre políticas públicas, sob certos padrões capitalistas de desenvolvimento, e seus efeitos no processo de apropriação da natureza e constituição do ambiente como bem comum, são relativamente reduzidas na educação ambiental. Normalmente, observamos formulações idealizadas, que partem de uma leitura ausente de historicidade das relações sociais, prescritivas e com forte apelo ético, sem a análise concreta de como o Estado se conforma em uma sociedade de classes e de como as políticas públicas são estruturadas e em benefício de quais grupos sociais são efetivadas.

Diante de tal cenário, entendemos que pesquisas voltadas para a compreensão destes mecanismos macrossociais, enquanto condicionantes dos processos sociais, são absolutamente determinantes na análise dos usos e práticas da educação ambiental. Para isso, alguns conceitos são intensamente trabalhados por aqueles que realizam pesquisas nesta linha: Estado, sociedade civil, terceiro setor, movimentos sociais, ONGs, políticas públicas, público, privado, bem comum, gestão pública. Os principais autores são: Gaudêncio Frigotto, Roberto Leher, Emir Sader, Lúcia Neves, Virgínia Fontes, Antonio Gramsci, Meschkat, Atilio Boron, Pierre Bourdieu, Enrique Dussel, Domenico Losurdo, entre outros.

Educação Ambiental na educação formal e na formação de professores

As investigações desta linha se relacionam às diversas formas de inserção da educação ambiental nos contextos educativos e à formação inicial e continuada de professores em educação ambiental. O referencial teórico adotado para as pesquisas sobre educação ambiental no ensino formal é proveniente dos campos do currículo e da formação docente, relativas aos temas da interdisciplinaridade/ disciplinaridade, da história das disciplinas escolares, das políticas de currículo, saberes docentes, e políticas de formação no contexto do ensino superior. Apoiamo-nos, sobretudo, nas teorizações de Alice Casimiro Lopes, Elizabeth Macedo, Antonio Flavio Moreira, Márcia Serra Ferreira, Ivor Goodson, Basil Bernstein e Stephen Ball.

A relevância destes estudos reside no enfrentamento das questões postas à prática da educação ambiental fugindo de enfoques historicamente utilizados pelos pesquisadores do campo, baseados em referencial teórico que não dá conta das questões específicas do contexto escolar. Como exemplo clássico, citamos a questão da interdisciplinaridade, defendida pela maioria dos autores como condição para a boa prática de educação ambiental sem, no entanto, estabelecer interlocução com as discussões referentes aos processos de disciplinarização e integração nos currículos escolares, bem como às recontextualizações de textos e discursos das políticas curriculares realizadas por equipes disciplinares e escolas.

Na perspectiva crítica que norteia nossas pesquisas, não faz sentido definir aprioristicamente as formas pelas quais as escolas devem desenvolver suas práticas de educação ambiental, sem um conhecimento aprofundado de seus condicionantes sócio-históricos nos âmbitos macro (políticas públicas e relações econômicas) e micro (escolas e professores).

Para análises sobre as políticas de ensino superior, as tensões entre público e privado nesta modalidade de ensino, e seus impactos na formação crítica do educador ambiental, utilizamos como referência os seguintes autores: Valdemar Sguissardi, João dos Reis Silva Júnior, Roberto Leher, Pablo Gentili, Gilberto Dupas, Emir Sader e Luís Antonio Cunha.

Pretendemos com isso analisar as intencionalidades implícitas e explícitas das instituições de ensino superior formadoras do educador ambiental. Este campo de análises se faz pertinente principalmente em um momento histórico de transferência gradativa de controle do ensino superior do setor público para o privado, dentro de um processo de humanização e tensionamento das propostas capitalistas de formação.

Considerações Finais

Com a descrição feita procuramos evidenciar o processo de constituição do LIEAS, suas motivações, realizações e opção teórica e metodológica, que se manifesta nas linhas de pesquisa e na representatividade de instituições públicas que o compõe enquanto grupo.

Entendemos que seu claro posicionamento político e qualidade acadêmica adquirida são fatores determinantes para a crescente procura de pessoas oriundas de todo o país que visam entrar para o mestrado e doutorado, bem como para o interesse de vários grupos e instituições públicas em estabelecer a interlocução conosco. Algo que se manifesta em uma intensidade e velocidade que o LIEAS ainda não conseguiu absorver e atender.

Consideramos tal demanda um indicador importante de que a prática crítica explicitada em defesa da justiça ambiental, do bem público e de uma educação ambiental nos moldes expostos ao longo do texto, possui expressiva aceitação no meio acadêmico, nos movimentos sociais e instituições públicas; e de que a luta por um “outro mundo possível” se mostra absolutamente pertinente e premente diante dos desafios que a realidade impõe.